

# Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. Joao Amorim”- Gestão de Saúde Carapicuíba

CNPJ : 66.518.267/0015-89

Demonstrações Contábeis Exercício de 2025

Balanco Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)				Demonstração do Resultado do Período findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	-	4.319.601,10	Fornecedores		-	1.097.633,12
Adiantamentos a Empregados	5	-	26.995,58	Obrigações Trabalhistas	10	-	411.221,88
Adiantamentos para Despesas		-	1.000,00	Obrigações Sociais e Fiscais	11	-	331.639,32
Créditos com Convênios	6	-	363.340,16	Contas a Pagar		-	19.980,36
Outros Créditos	7	-	13.113,87	Provisões para Férias e Encargos	12	-	827.265,06
Estoques		-	641.750,41			-	<b>2.687.739,74</b>
Despesas Antecipadas	8	-	4.668,01	<b>Passivo Não Circulante</b>			
		-	<b>5.370.469,13</b>	Provisões para Contingências		-	1.532.025,00
		-		Bens Públicos em nosso poder	13	-	514.900,02
<b>Ativo Não Circulante</b>						-	<b>2.046.925,02</b>
Imobilizado	9	-	514.900,02	<b>Patrimônio Líquido</b>			
		-	<b>514.900,02</b>	Patrimônio Social		1.150.704,39	4.115.173,35
		-		Déficit do Exercício		(1.150.704,39)	(2.964.468,96)
		-				-	<b>1.150.704,39</b>
<b>Total do Ativo</b>		-	<b>5.885.369,15</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)</b>		-	<b>5.885.369,15</b>

**1. Contexto Operacional:** O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social originalmente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertiooga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouença de Gouvêa. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. Informamos que, após o cumprimento do objeto pactuado, o referido contrato foi devidamente encerrado em 26/03/2025, conforme as disposições contratuais estabelecidas entre as partes. **Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma do Sistema de Tributação sobre o Consumo no Brasil, prevendo a substituição de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI, pelos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS). A referida Emenda manteve a imunidade constitucional aplicável ao patrimônio, à renda e às receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo as fundações, bem como a não incidência de IRPJ e CSLL sobre o eventual superávit apurado. Todavia, a imunidade não abrange, em regra, receitas decorrentes de atividades não relacionadas diretamente às finalidades essenciais da Entidade, as quais poderão estar sujeitas à incidência do IBS e da CBS, conforme a legislação aplicável. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os novos tributos sobre o consumo, estabelecendo suas regras gerais de incidência, apuração e governança. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 dispôs sobre critérios para concessão e redução de incentivos e benefícios fiscais federais. A transição para o novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual entre os anos de 2026 e 2023. Considerando que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em andamento e depende de regulamentações complementares, a Administração segue acompanhando os desdobramentos normativos aplicáveis. Diante do exposto e considerando a natureza jurídica e as atividades atualmente desenvolvidas pela Entidade, não foram identificados, até o momento, impactos mensuráveis decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e ITG 2002 (R1). Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações da Gestão Saúde de Carapicuíba, gerido pelo CEJAM, os quais são controlados e operados por meio de centros de custos do CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Gestão Saúde de Carapicuíba tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

**3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. • **Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2025, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Estoques (quando aplicável):** Os estoques, relacionados, substancialmente, a material médico hospitalar, drogas e medicamentos e materiais de limpeza são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração reavaliou a situação no exercício de 2025 e não detectou altera-

ções relevantes, mantendo as taxas definidas em 2024. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Beneficiárias: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável):** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo são registrados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) Seção 24 Subvenção Governamental, da seguinte forma: Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas. Subvenção para investimentos – relacionada a ativos, incluindo ativos não monetários, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como Recursos Governamentais a Realizar. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas contabilizadas pelo regime de competência da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2025, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

**4. Caixa e Equivalente de Caixa**

	2025	2024
<b>Bancos – Conta Movimento</b>		
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	369,50
	-	<b>369,50</b>
<b>Bancos – Aplicações Financeiras</b>		
Banco do Brasil S.A.	-	4.319.231,60
	-	<b>4.319.231,60</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido à Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,9891 % ao ano.

	2025	2024		
<b>5. Adiantamentos a Empregados</b>				
Adiantamentos de Férias	-	26.995,58		
	-	<b>26.995,58</b>		
<b>6. Créditos com Contrato de Gestão</b>				
Carapicuíba – PS Vila Dirce - Contrato 96/2019	-	363.340,16		
	-	<b>363.340,16</b>		
<b>7. Estoque</b>				
Medicamentos	-	360.083,30		
Material Médico/Hospitalar	-	273.274,27		
Material de Expediente/Escritório	-	5.773,74		
Material de Manutenção	-	365,22		
Material de Informática	-	160,97		
Material de Limpeza	-	469,22		
Material de EPI	-	1.291,57		
Utensílios de Copa	-	19,97		
Peças e Acessórios	-	312,15		
	-	<b>641.750,41</b>		
<b>8. Despesas Antecipadas</b>				
Prêmios de Seguros a Vencer	-	4.668,01		
	-	<b>4.668,01</b>		
<b>9. Imobilizado</b>				
	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2025</b>
Beneficiárias em Imóveis	372.863,05	90.594,66	463.457,71	-
Instalações	9.755,36	3.991,33	13.746,69	-
Máquinas e Equipamentos	43.736,35	20.427,21	64.163,56	-
Equipamentos de Uso Médico	4.929,89	2.098,62	7.028,51	-
Equipamentos de Informática	898,86	4.692,11	5.590,97	-
Móveis e Utensílios	82.716,51	33.799,51	116.516,02	-
	<b>514.900,02</b>			

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Carapicuíba, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

	2025	2024																																
<b>10. Obrigações Trabalhistas</b>																																		
Salários a Pagar	-	411.221,88																																
	-	<b>411.221,88</b>																																
<b>11. Obrigações Sociais e Fiscais</b>																																		
INSS sobre Salários a Recolher	-	35.863,13																																
FGTS a Recolher	-	66.407,20																																
Contribuições Sind. e Assist. a Recolher	-	2.389,96																																
IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher	-	119.393,67																																
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	11.319,07																																
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	75.501,32																																
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	14.275,92																																
ISS Retido na Fonte a Recolher	-	6.489,05																																
	-	<b>331.639,32</b>																																
<b>12. Provisões para Férias e Encargos</b>																																		
Provisão para Férias	-	766.085,21																																
Provisão para FGTS sobre Férias	-	61.179,85																																
	-	<b>827.265,06</b>																																
<b>13. Bens Públicos em Nosso Poder:</b> A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 0,00 em 2025 e R\$ 514.900,02 em 2024, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Carapicuíba para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>14. Receitas Operacionais Líquidas:</b> A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>15. Receita com Contrato de Gestão</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contrato 96/2019</td> <td>5.508.487,71</td> <td>20.910.658,37</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>5.508.487,71</b></td> <td><b>20.910.658,37</b></td> </tr> <tr> <td><b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de Aplicações Financeiras</td> <td>84.531,11</td> <td>252.429,22</td> </tr> <tr> <td>Descontos Obtidos</td> <td>0,01</td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td>(-) Tarifas Bancárias</td> <td>(724,05)</td> <td>(2.680,60)</td> </tr> <tr> <td>(-) Juros e Mora Comerciais</td> <td>(913,83)</td> <td>(135,49)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>82.893,24</b></td> <td><b>249.613,16</b></td> </tr> </tbody> </table> </td></tr></tbody> </table>		2025	2024	<b>14. Receitas Operacionais Líquidas:</b> A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>15. Receita com Contrato de Gestão</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contrato 96/2019</td> <td>5.508.487,71</td> <td>20.910.658,37</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>5.508.487,71</b></td> <td><b>20.910.658,37</b></td> </tr> <tr> <td><b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de Aplicações Financeiras</td> <td>84.531,11</td> <td>252.429,22</td> </tr> <tr> <td>Descontos Obtidos</td> <td>0,01</td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td>(-) Tarifas Bancárias</td> <td>(724,05)</td> <td>(2.680,60)</td> </tr> <tr> <td>(-) Juros e Mora Comerciais</td> <td>(913,83)</td> <td>(135,49)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>82.893,24</b></td> <td><b>249.613,16</b></td> </tr> </tbody> </table>		2025	2024	<b>15. Receita com Contrato de Gestão</b>			Contrato 96/2019	5.508.487,71	20.910.658,37		<b>5.508.487,71</b>	<b>20.910.658,37</b>	<b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b>			Rendimentos de Aplicações Financeiras	84.531,11	252.429,22	Descontos Obtidos	0,01	0,03	(-) Tarifas Bancárias	(724,05)	(2.680,60)	(-) Juros e Mora Comerciais	(913,83)	(135,49)		<b>82.893,24</b>	<b>249.613,16</b>
	2025	2024																																
<b>14. Receitas Operacionais Líquidas:</b> A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>15. Receita com Contrato de Gestão</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contrato 96/2019</td> <td>5.508.487,71</td> <td>20.910.658,37</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>5.508.487,71</b></td> <td><b>20.910.658,37</b></td> </tr> <tr> <td><b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de Aplicações Financeiras</td> <td>84.531,11</td> <td>252.429,22</td> </tr> <tr> <td>Descontos Obtidos</td> <td>0,01</td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td>(-) Tarifas Bancárias</td> <td>(724,05)</td> <td>(2.680,60)</td> </tr> <tr> <td>(-) Juros e Mora Comerciais</td> <td>(913,83)</td> <td>(135,49)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>82.893,24</b></td> <td><b>249.613,16</b></td> </tr> </tbody> </table>		2025	2024	<b>15. Receita com Contrato de Gestão</b>			Contrato 96/2019	5.508.487,71	20.910.658,37		<b>5.508.487,71</b>	<b>20.910.658,37</b>	<b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b>			Rendimentos de Aplicações Financeiras	84.531,11	252.429,22	Descontos Obtidos	0,01	0,03	(-) Tarifas Bancárias	(724,05)	(2.680,60)	(-) Juros e Mora Comerciais	(913,83)	(135,49)		<b>82.893,24</b>	<b>249.613,16</b>				
	2025	2024																																
<b>15. Receita com Contrato de Gestão</b>																																		
Contrato 96/2019	5.508.487,71	20.910.658,37																																
	<b>5.508.487,71</b>	<b>20.910.658,37</b>																																
<b>16. Receitas e Despesas Financeiras</b>																																		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	84.531,11	252.429,22																																
Descontos Obtidos	0,01	0,03																																
(-) Tarifas Bancárias	(724,05)	(2.680,60)																																
(-) Juros e Mora Comerciais	(913,83)	(135,49)																																
	<b>82.893,24</b>	<b>249.613,16</b>																																

Demonstração do Resultado do Período findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
	Notas	2025	2024
<b>Receitas Líquidas</b>	<b>15</b>	<b>5.344.501,55</b>	<b>20.688.131,61</b>
Contrato de Gestão nº 96/19	<b>16</b>	5.508.487,71	20.910.658,37
Realização de Bens Públicos em nosso poder		12.846,80	38.121,79
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	<b>3.h</b>	-	(19.335,00)
(-) Devolução de Recursos Públicos		(176.832,96)	-
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		-	(241.313,55)
		<b>(7.339.110,14)</b>	<b>(21.135.088,86)</b>
<b>Custos</b>		<b>(7.339.110,14)</b>	<b>(21.135.088,86)</b>
Pessoal e Reflexos	<b>18</b>	(3.543.524,99)	(8.319.460,27)
Serviços Terceirizados	<b>19</b>	(2.668.396,58)	(10.172.674,95)
Medicamentos e Materiais de Consumo	<b>20</b>	(1.127.188,57)	(2.642.953,64)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	<b>25</b>	(556.266,33)	(1.941.124,77)
(-) Isenção da CPP Usufruída	<b>25</b>	556.266,33	1.941.124,77
<b>(=) Resultado Bruto</b>		<b>(1.994.608,59)</b>	<b>(446.957,25)</b>
<b>Despesas</b>		<b>(2.772.315,35)</b>	<b>(2.772.530,53)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(491,14)	(4.664,39)
Despesas Gerais	<b>21</b>	(775.824,21)	(1.235.841,14)
Provisões para Contingências		-	(1.532.025,00)
<b>Outras (Despesas) e Receitas Operacionais</b>		<b>1.537.326,31</b>	<b>5.405,66</b>
Outras Receitas		1.537.326,31	5.405,66
<b>(=) Resultado Antes das Receitas/ Despesas Financeiras</b>		<b>(1.233.597,63)</b>	<b>(3.214.082,12)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>17</b>	<b>82.893,24</b>	<b>249.613,16</b>
Receitas Financeiras		84.531,12	252.429,22
Despesas Financeiras		(1.637,88)	(2.816,09)
<b>Déficit do Exercício</b>		<b>(1.150.704,39)</b>	<b>(2.964.468,96)</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)**

	2025	2024
(Déficit) do exercício	(1.150.704,39)	(2.964.468,96)
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(1.150.704,39)</b>	<b>(2.964.468,96)</b>

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.961.492,51</b>	<b>2.153.680,84</b>	<b>4.115.173,35</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	2.153.680,84	(2.153.680,84)	-
Déficit do Exercício	-	(2.964.468,96)	(2.964.468,96)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.115.173,35</b>	<b>(2.964.468,96)</b>	<b>1.150.704,39</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(2.964.468,96)	2.964.468,96	-
Déficit do Exercício	-	(1.150.704,39)	(1.150.704,39)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.150.704,39</b>	<b>(1.150.704,39)</b>	<b>-</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)**

	2025	2024
<b>Atividades Operacionais</b>		
(Déficit) do Exercício	(1.150.704,39)	(2.964.468,96)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	26.995,58	(9.830,05)
Adiantamentos para Despesas	1.000,00	-
Impostos Recuperáveis	-	1.159,83
Créditos com Convênios	363.340,16	1.354.085,

2025		2024		Relatório - Gestão em Saúde							
Isonções Previdenciárias Usufruídas				Relatório - Contratado X Realizado							
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento				Pronto Socorro da Vila Dirce - Período: De 01/2025 até 03/2025							
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas				1º Sem/2025		2º Sem/2025		Total 2025			
(-) Isonção Usufruída				Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta	
556.266,33		1.941.124,77		Clínica Médica	Não há	51.691	Não há	Não há	51.691	-	
0,00		0,00		Ortopedia	Não há	4.319	Não há	Não há	4.319	-	
				Total de Atendimentos	78.000	56.010	78.000	0	156.000	56.010	35,90%
25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:				1º Sem/2025		2º Sem/2025		Total 2025			
sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isonção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.				Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta	
				Volume de pacientes	300	399	300	300	600	399	66,50%
26. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2025.				1º Sem/2025		2º Sem/2025		Total 2025			
				Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta	
				Resolução das queixas (Ouvidoria)	≤ 80%	100%	≤ 80%	≤ 80%	100%	125%	
				Cumprimento dos prazos contratuais	95%	100%	95%	95%	100%	105%	

Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2025.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "Carve-out"

A Administração e Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora do Gestor Saúde de Carapicuíba - São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" da Gestor Saúde de Carapicuíba ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" ("Entidade" ou "CEJAM") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestor Saúde de Carapicuíba ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros". Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante sobre a continuidade operacional - Continuidade operacional: Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Entidade é o Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, o qual custeia as principais atividades desenvolvidas. O referido Contrato de Gestão foi encerrado em 26 de março de 2025 após o cumprimento integral das condições estabelecidas entre as partes e a conclusão das responsabilidades acordadas, conforme os termos estabelecidos no instrumento contratual. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **ênfase - Base de elaboração e apresentação das**

demonstrações contábeis "carve-out": Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição:** As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Carapicuíba. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Carapicuíba identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretaria Municipal de Carapicuíba. **Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out":** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi-

vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8  
Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1

## PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE**  
Estado de São Paulo  
CHAMAMENTO PÚBLICO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 - 2ª Edição  
PROCESSO Nº 672/2026

A Prefeitura do Município de Santo Antônio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, ao Chamamento Público nº 004/2026. Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço Especializado em Casa de Hospedagem com Assistentia Integral 24 Horas - Atendendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Santo Antônio de Posse/SP, de acordo com o ANEXO I - Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 13 de julho de 2026, às 09:00 horas, no site da BBM Net [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br). EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites [www.pmsaposse.sp.gov.br](http://www.pmsaposse.sp.gov.br) e [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 19 de maio de 2026.

Publique-se  
Santo Antônio de Posse, 18 de maio de 2026.  
SILVANA PINCK CORTEZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MUNICÍPIO DE CATANDUVA - SP**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 02/06/2026 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 02/06/2026 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)); e site do Município [www.catanduva.sp.gov.br](http://www.catanduva.sp.gov.br) - link: <https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1>. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva - Divisão de Licitações e Contratos - 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 - Centro - Catanduva-SP ou, através do e-mail: [licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br](mailto:licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br). Catanduva, 18 de maio de 2026. Lourival Formis Junior - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM**  
MG. FMS/SMS. SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 08/2026 - PAC nº 16/2026. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de café e açúcar, afim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim. Em razão da anulação da fase de disputa por vício insanável no Edital fica suspensa a licitação para devidas correções, publicação de novo edital e abertura de propostas. Posteriormente será publicada nova data de abertura. 18/05/26.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ**  
ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO 12/2026  
A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Pregão Eletrônico nº 12/2026, Processo Administrativo nº 824/2026, cujo objeto consiste na "Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, para alunos matriculados nas escolas da Rede Pública Municipal e alunos da Zona Rural da Rede Estadual no município de Tietê". Abertura: 20 de maio de 2026. Encerramento: 03 de junho de 2026. Horário: 09h00min. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.tiete.sp.gov.br](http://www.tiete.sp.gov.br) e na Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)). Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações através do telefone (15) 3285-8755.  
José Carlos Regonha Júnior, Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINO/SP**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
A Prefeitura de Sabino/SP, torna público que estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de escritório e escolar necessários em diversos órgãos e diretorias municipais, conforme edital e seus respectivos anexos. Tipo: menor preço por item. Base Legal: Lei Federal 14.133/21. A realização da sessão eletrônica será no dia 02/06/2026, às 08:30h no endereço eletrônico: <http://170.0.48.10:8079/scpi9/comprasedital/>. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: [www.sabino.sp.gov.br](http://www.sabino.sp.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: [edital.sabino@gmail.com](mailto:edital.sabino@gmail.com), ou pelo telefone (14) 3546-9100, em dias úteis. Prazo LIMITE para solicitação da chave de acesso: 01/06/2026, até 12 horas.  
Sabino/SP, 18 de maio de 2026.  
FERNANDO HENRIQUE FLORINDO  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA**  
CONCURSO PÚBLICO 001/2023  
CONVOCAÇÃO:  
A Prefeitura Municipal de Arealva - SP, convoca para admissão ao cargo previsto no Edital do respectivo Concurso Público em caráter efetivo, respeitando estritamente a ordem de classificação final e já homologada nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2023. Para poder tomar posse, o candidato deverá comparecer com documentação idônea conforme disposto nos itens 2.1.1 e 2.1.2 do edital, no seguinte prazo e local aqui estipulado. Data inicial: 19/05/2026. Data Final: 25/05/2026. Local: Prefeitura Municipal de Arealva - SP - Departamento de Recursos Humanos. Convocado(a): Candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2023, conforme ordem de classificação final homologada, para o seguinte cargo:  
**PROFESSOR(A) EDUCAÇÃO BÁSICA I - PEB I:**  
7º - JOCELITO DADERIO  
Conforme dispõe o item 12.7 do edital a convocação para a posse do emprego público supracitado obedece rigorosamente à ordem de classificação final e homologada, além disso, os candidatos aprovados não poderão tomar posse caso não apresente os presentes documentos ou preencha os requisitos e condições estabelecidas no edital.  
Arealva - SP, 19 de maio de 2026  
Paulo Juliano Nicolielo Junior - Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo**  
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
Pregão Eletrônico 90015/2026 - Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos automotores pertencentes à frota do Município de Santa Rosa de Viterbo, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos, pelo período de 12 (doze) meses. Abertura da sessão: 02/06/2026 às 09 h - Horário de Brasília.  
Endereço Eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)  
O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP. [www.santarosa.sp.gov.br](http://www.santarosa.sp.gov.br) no link Processo Licitatório e no Portal Nacional de Contratações Públicas - [pncp.gov.br](http://pncp.gov.br)  
Informações pelo telefone (16) 3954 8802/39548827. Santa Rosa de Viterbo/SP, 18/05/2026.  
Omar Nagib Moussa - Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE CATANDUVA - SP**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Tubos corrugados em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) em barras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 02/06/2026 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 02/06/2026 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)); e site do Município [www.catanduva.sp.gov.br](http://www.catanduva.sp.gov.br) - link: <https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1>. Informações: Prefeitura de Catanduva - Divisão de Licitações e Contratos - 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 - Centro - Catanduva-SP ou, através do e-mail: [licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br](mailto:licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br). Catanduva, 18 de maio de 2026. Ozório Ap. Moraes - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**  
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 161/2026 - Processo nº 40.584/2026 - Modalidade: Leilão Eletrônico nº 01/2026 - do tipo MAIOR LANCE - LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A VENDA A TERCEIROS INTERESSADOS DE SUCATA MISTA DIVERSA E DE ELETRÔNICOS E DIVERSOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BAURU, COM AS SUAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES, COM PREÇO MÍNIMO FIXADO PARA ALIENAÇÃO. Interessada: Secretaria Municipal da Administração. Data do Leilão: 12/06/2026 encerramento às 11h. Informações e edital na Secretaria da Administração/ Gerência de Compras e Licitações, sito na Rua Rio Branco, nº 5-05, Centro - 1º Andar, CEP: 17010-190 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1281 ou através de download gratuito no site [www.bauru.sp.gov.br](http://www.bauru.sp.gov.br), ou através do site <https://www.fidalgoleiloes.com.br>, onde se realizará a sessão de leilão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.  
Bauru, 18/05/2026  
Rafael Francisco dos Santos - Gerente de Compras e Licitações - S.M.A.

**SINETEL - SP**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO  
EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO

Em continuação as tratativas oriundas da convocação dos trabalhadores através do edital publicado no dia 13/02/2026 no jornal Folha de S. Paulo - página, A-28, pelo presente edital, ficam convocados os trabalhadores representados pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINTEL na Base Territorial do Estado de São Paulo, empregados das empresas representadas pelo e SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAT e demais entidades patronais do segmento, com data base em 1º de abril, associados ou não, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária nos dias: 20, 21, e 22 de maio de 2026, às 7h30 horas, conforme relação abaixo e locais divulgados nos boletins convocatórios, em 1ª (primeira) convocação, na sede desta entidade à Rua Bento Freitas, 64 - Vila Buarque na cidade de São Paulo e nas Subsedes nos seguintes endereços: São Bernardo do Campo - Av. Wallace Simonsen nº 700 - Nova Petrópolis; Santos - Rua Riachuelo, 66 - 8º andar - conj. 81 - Centro; Campinas - Rua Dr. Antonio Álvares Lobo, nº. 172 Vila Botafogo; Ribeirão Preto - Rua Marechal Deodoro, nº 103 Centro; São José do Rio Preto - Rua Voluntários de São Paulo, 3066, 3º andar cj 310; Bauru - Rua Rio Grande do Sul, 4-60 - Vila Carolina; Vale do Paraíba - Rua Bacabal, 890 - Parque Industrial - São José dos Campos respectivamente, e as 8h30 horas, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; b) Discussão e aprovação da proposta patronal para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício 2026/2027; c) Outorga de poderes à Diretoria do SINTEL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO, para firmar a Convenção Coletiva de Trabalho, para representação dos trabalhadores com o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAT e demais entidades patronais do segmento, e para celebrar ou não Convenção Coletiva de Trabalho e, no caso de malogro dos entendimentos, autorização para paralisação, bem como para suscitar Dissídio Coletivo, inclusive de greve, perante o Tribunal Regional do Trabalho competente; d) Leitura, discussão e votação da proposta de contribuição assistencial de todos integrantes da categoria profissional para formação da receita orçamentária do sindicato (artigo 513 da CLT) que constará nos instrumentos coletivos de trabalho; e) Leitura, discussão, votação, tempo, lugar, valor e prazo que terá início a partir da vigência do acordo coletivo para o exercício do direito de oposição à contribuição assistencial, nos termos do TAC assinado pela entidade; f) Autorização expressa e prévia, nos termos do artigo 611-B, inciso XXVI da CLT; g) Deliberação sobre a transformação da assembleia em permanente em toda a jurisdição do Sindicato até o estabelecimento final das Normas Coletivas da categoria. O resultado das votações dar-se-á pela somatória dos votos de todas as assembleias realizadas.  
São Paulo, 19 de maio de 2026.  
Gilberto Rodrigues Dourado  
Presidente

APP FOLHA ESSENCIAL PARA SE MANTER SEMPRE À FRENTE  
FOLHA  
FOLHA DE S. PAULO